



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
BARÃO DE GRAJAÚ  
**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**



Sexta, 12 de dezembro de 2025 | VOL: 1 | Nº 155

## Índice

<b>SECRETARIA</b> .....	2
<b>PORTARIA</b> .....	2
<b>PORTARIA Nº 015, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025</b> .....	2



**SECRETARIA**

**PORTARIA**

**PORTARIA Nº 015, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025**

**PORTARIA Nº 015, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025**

**INSTAURA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI PARA APURAÇÃO DE FATO DETERMINADO E POR PRAZO CERTO, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, ESTADO DO MARANHÃO, no âmbito de sua competência regimental conferida pelos incisos II e X do art. 39 da Resolução nº 002/2025 – Regimento Interno da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal sobre a organização dos Poderes Públicos;

CONSIDERANDO a autonomia político-administrativa do Município prevista no art. 29 da Lei Orgânica, garantindo à minoria parlamentar o direito de investigar fato determinado mediante requerimento subscrito por um terço dos vereadores;

CONSIDERANDO a apresentação do **Requerimento nº 001/2025**, subscrito pelos Vereadores Adelson Alves Rodrigues (PSDB), Arilson Araújo Lima (PSD), Teotônio Alves da Costa Neto (PL), Thiago Barros Costa Nolêto (PSD), Valderi Moura de Carvalho (PSD) e Viviane Teresa de Almeida Moraes (PL), atendendo ao requisito formal de iniciativa e aprovado pelo Plenário, nos termos do art. 294 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO que o fato a ser apurado encontra-se devidamente delimitado no referido requerimento, acompanhado de documentação que instrui a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI;

CONSIDERANDO que a comissão solicitou o prazo de **90 (noventa) dias**, prorrogável por igual período, como requisito indispensável para instauração da CPI;

CONSIDERANDO a aprovação plenária exigida pelo art. 294, II, do Regimento Interno, suprindo-se o disposto no art. 46, VI, e, do mesmo diploma;

CONSIDERANDO a representatividade partidária na Câmara Municipal e que somente três das cinco agremiações apresentaram indicações, apesar de regularmente oficiadas, aplicando-se o princípio da proporcionalidade previsto no art. 296 do Regimento Interno e no art. 58, § 1º, da Constituição Federal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica criada, na data de 12 de dezembro de 2025, a **Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI**, por meio do Requerimento nº 001/2025, para investigar supostas irregularidades na execução de contratos administrativos oriundos de processos licitatórios, relacionadas a notas de serviços divergentes do executado e valores possivelmente elevados em comparação com serviços semelhantes já realizados no Município, **conforme exclusivamente previsto no requerimento que fundamenta a presente Comissão.**

**Art. 2º** Ficam designados os Vereadores **ADELSON ALVES RODRIGUES (PSDB), GEFERSON**

**REIS CARDOSO (PSB), GEUSIVAN ALVES DE BARROS (UB), THIAGO BARROS COSTA NOLETO (PSD) e VIVIANE TERESA DE ALMEIDA MORAIS (PL)** para compor a CPI.

§ 1º A CPI será formalmente instalada em **19 de fevereiro de 2026, às 10h**, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, ocasião em que serão eleitos o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator. O prazo de **90 (noventa) dias** para conclusão dos trabalhos contará da data de instalação, conforme art. 303, I, do Regimento Interno.

§ 2º Após a eleição da Mesa da CPI, seu Presidente deverá encaminhar memorando ao Presidente da Câmara para adoção das medidas necessárias ao envio do processo para investigação e posterior apresentação de relatório.

**Art. 3º** O prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final será de **90 (noventa) dias**, a partir da instalação da Comissão.

Parágrafo único. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada do Presidente da CPI ao Presidente da Câmara, após aprovação do Plenário, conforme art. 304 do Regimento Interno.

**Art. 4º** A CPI poderá requisitar documentos, informações, cópias de processos administrativos e demais elementos necessários ao esclarecimento dos fatos, observados os limites constitucionais, legais e regimentais.

**Art. 5º** Os trabalhos da CPI ficam suspensos durante o recesso parlamentar, retomando-se a contagem do prazo automaticamente a partir do primeiro dia útil subsequente, sem prejuízo do prazo total de 90 dias.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, cumpra-se.

Câmara Municipal de Barão de Grajaú – MA, 12 de dezembro de 2025.

**TEOTÔNIO ALVES DA COSTA NETO**

Presidente

Publicado por: TEOTÔNIO ALVES DA COSTA NETO

Código identificador: 3feoawhwdm20251212171209

**Estado do Maranhão**  
**Câmara Municipal de Barão De Grajaú**

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

**Câmara Municipal de Barão De Grajaú**  
**Rua Seroa da Mota, 572, Centro - Barão de Grajaú - MA**  
**Cep: 65.660-000**

**TEOTONIO ALVES DA COSTA NETO**  
**Presidente**

**Informações: [camara@cmbaraodegrajau.ma.gov.br](mailto:camara@cmbaraodegrajau.ma.gov.br)**